



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
GABINETE DO PREFEITO

ALAGADOS + AÇÕES EMERGENCIAIS
RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO
CRIADO PELO DECRETO Nº 10.759
OUTUBRO/1994

B-125

1
22



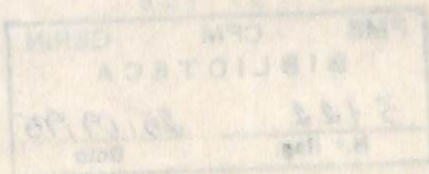
PREFEITURA DE SALVADOR — BAHIA
Secretaria Municipal de Governo

A digitalização deste documento não foi feita na íntegra. 01 planta de dimensões não compatíveis com o scanner, não pôde ser digitalizada.

SUMÁRIO

- 1 - INTRODUÇÃO
- 2 - ANTECEDENTES
- 3 - SITUAÇÃO ATUAL
- 4 - PROPOSTAS
- 5 - CONCLUSÃO
- 6 - ANEXOS

ALAGADOS : AÇÕES EMERGENCIAIS
RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO
CRIADO PELO DECRETO Nº 10.759
OUTUBRO/1994



AL SEÑOR - AGENTE DE INVESTIGACION
FELICIANO DOMESTICO
CALLE DELA JERREDO N. 1070
CALLE DELA JERREDO

1743-125

PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
3122	25/09/95	
N.º Reg.	Data	

SUMARIO

- 1 - INTRODUÇÃO**
- 2 - ANTECEDENTES**
- 3 - SITUAÇÃO ATUAL**
- 4 - PROPOSTAS**
- 5 - CONCLUSÃO**
- 6 - ANEXOS**

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento à solicitação da comunidade da região próxima à Igreja de Nossa Senhora dos Alagados, no Uruguai, a Exma. Sra. Prefeita Municipal do Salvador fez publicar o Decreto nº 10.759 no dia 01 de agosto de 1994, criando Grupo de Trabalho para estudos e implementação de medidas emergenciais que viabilizem a complementação da rede de drenagem e a contenção do processo de invasão naquela região.

Quanto aos aspectos metodológicos aplicados, o Grupo desenvolveu o trabalho em contato permanente com a comunidade através de reuniões periódicas, visitas técnicas e elaboração de cadastro físico e sócio-econômico, que indicam a adoção das propostas constantes deste relatório.

O trabalho ora apresentado constitui-se em uma abordagem inicial do problema da ocupação desordenada da Enseada dos Tainheiros, que traz graves conseqüências não só para aquela região, mas também para as áreas circunvizinhas, exigindo uma atenção especial por parte dos órgãos públicos.

2. ANTECEDENTES

A região conhecida como Alagados foi objeto de estudo que envolveu órgãos oficiais tais como o Banco Nacional de Habitação, o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador, desde o final da década de 60, quando, através do Decreto 21.302 de 04.07.69, sua área foi delimitada. Quatro anos depois, novo dispositivo de caráter federal cria o Grupo de Estudo para os Alagados da Bahia - GEPAB (Decreto 71.364 de 13.11.72), para realização de estudos e levantamentos objetivando a definição de parâmetros de orientação do Plano Urbanístico para Alagados. Em 07.05.74 é criada a Alagados Melhoramentos S.A - AMESA, empresa encarregada de promover a elaboração e execução do referido Plano. Este, por sua vez foi desenvolvido por empresas particulares através de concurso nacional.

Em 1975 a Amesa editou o Relatório Final Consolidado que aborda todas as etapas de planejamento e execução do Plano Urbanístico, ou seja o zoneamento, o parcelamento da terra e a fixação de densidades prediais, a definição da estrutura viária, do aterro, da implantação do plano habitacional e dos equipamentos comunitários.

Vale ressaltar-se aqui que um dos objetivos básicos era o de "impedir o avanço das palafitas sobre a Enseada dos Tainheiros, interrompendo nesta direção a expansão de Alagados", e que "a demarcação do perímetro externo obedeceu, principalmente às características geológicas do solo submerso da enseada, tomando por base as linhas que ofereciam

maior segurança aos taludes das praias e outras terminações da frente d'água. A contrapartida urbanística desta solução técnica está na implantação a beira mar, de áreas destinadas ao lazer ou a serem utilizadas por equipamentos coletivos e estaleiros".

Através do relatório de "Avaliação dos Pontos de Estrangulamento do Plano Urbanísticos de Alagados" a AMESA divulgou a criação de uma comissão para efetuar estudos de avaliação dos trabalhos desenvolvidos até então. Visando o reestudo do Plano Urbanístico, a comissão foi instalada no dia 11.06.79 com um roteiro básico de trabalho, cujas prioridades seriam a de reformular o projeto arquitetônico e rever as formas de execução do aterro.

Em novembro de 1980, através do relatório intitulado "Análise da Programação de Remanejamento e Relocação do Plano Urbanístico de Alagados", a AMESA avalia os impedimentos ao cumprimento do Plano Urbanístico. Considera então:

- * Um programa habitacional inadequado à necessária agilidade de remanejamento e à capacidade de pagamento do mutuário;
- * Defasagem do programa de remanejamento;
- * Obsolescência do cronograma do aterro hidráulico.

Das 3.503 unidades habitacionais programadas, apenas 462 foram construídas; dos 75 hectares previstos, apenas 25 hectares foram aterrados, além dos problemas com os serviços de infra-estrutura. Executam um novo cadastramento físico e econômico em setores da área e redefinem um plano de trabalho com etapas definidas para ser concluído em 150 dias.

O documento "Programação e Custos de Aterros, Urbanização e Remanejamento de Famílias" de dezembro de 1980 (AMESA), apresenta uma reelaboração dos trabalhos, baseado nas modificações da tipologia habitacional, trama urbana, de nova quantificação de famílias e lotes, como também a redefinição da linha do limite interno do aterro hidráulico.

Em fevereiro de 1984, as considerações sobre a reformulação do plano inicial e as hipóteses técnicas para a sua continuidade, estão refletidas no texto intitulado "Alternativas para a Continuidade do Plano Urbanístico dos Alagados", divulgado pela Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social - SETRABES/AMESA. Nele, constam os objetivos principais do Grupo de Trabalho e Estudo das Palafitas - GTEP:

- * Levantamento de novas alternativas para a continuidade do Plano Urbanístico de Alagados;

* Levantamento de hipóteses para a melhoria da qualidade de vida das populações que vem construindo ao longo da Orla da Baía.

O GTEP objetivava "diminuir a área do aterro nos Alagados, a simplificação do processo de drenagem, a redução da qualidade do aterro (levantamento inclusive a perspectiva do aterro sanitário), o adiamento das obras ou transfência das mesmas no caso de urbanização das áreas internas, a redução da quantidade de equipamentos e obras para a terminação da linha d'água, a simplificação dos trabalhos de remanejamento dos moradores das palafitas e, por fim, a criação de espaços urbanísticos mais modestos e adequados à realidade econômica-social e física predominante em Alagados".

Além da tentativa de continuidade do Plano através da AMESA e a manutenção da população como princípio filosófico, levanta também a suspensão do Plano, a transfência dos moradores para outras áreas e o controle rigoroso dos baixios não aterrado como alternativas.

Há dez anos.

3. SITUAÇÃO ATUAL

A ocupação da Região de Alagados se dá de forma desordenada, obstruindo os pontos de despejo da rede de drenagem e a saída de canais, dificultando os serviços de manutenção destes.

Verifica-se, no entanto, a existência de áreas com diferentes ritmos de crescimento. Nos bairros da Ribeira, Massaranduba, Baixa do Petróleo, Jardim Cruzeiro e Península do Joanes, esta ocupação se dá de forma mais lenta, devido à dificuldade de acesso às áreas de palafitas, impossibilitando a contratação por parte da população dos caminhões de entulho que viabilizam o aterramento.

Nas regiões da Suburbana e do Uruguai, esta ocupação é mais acelerada. Na primeira, patrocinada pelos proprietários de casas comerciais, com objetivo de ampliarem a área dos seus estabelecimentos. Na segunda, devido à facilidade de acesso dos caminhões, verifica-se o aumento diário do número de palafitas (FOTO 1).

O rápido crescimento da área aterrada no bairro do Uruguai torna-se extremamente grave, por tratar-se da formação do canal mais estreito da Enseada dos Taíneiros (FOTO 2)- e pela existência da Ilha do Rato, onde se encontra o último remanescente de manguezal da região, que sofre alto risco de ocupação com novas palafitas (FOTO 3).

O estrangulamento total deste ponto da Enseada dos Taíneiros, perspectiva vislumbrada para curtíssimo espaço de tempo, caso não haja uma intervenção imediata dos órgãos

públicos, acarretará o comprometimento de toda a rede de drenagem da Região do Uruguai, Baixa do Fiscal, parte da avenida Suburbana e da Península do Joanes, com o conseqüente decréscimo das condições de moradia naquela região.

As condições sanitárias decorrentes da obstrução da rede de drenagem ampliam a ação dos agentes infecciosos por veiculação hídrica e por outros tipos de contaminação. Tal situação se reflete nos dados fornecidos pela SESAB/SMS em 1993, onde o Distrito Sanitário de Itapagipe apresenta 1.188,86 casos de diarreias, 91.21 casos de cólera e 9,04 casos de leptospirose em cada conjunto de 100.000 habitantes, índices superados apenas pelo subúrbio ferroviário na taxa de incidência de leptospirose, em todo município:

Face a essa situação a comunidade local encontra-se mobilizada e disposta a colaborar com a solução dos problemas apresentados.

FOTO 1



FOTO 2

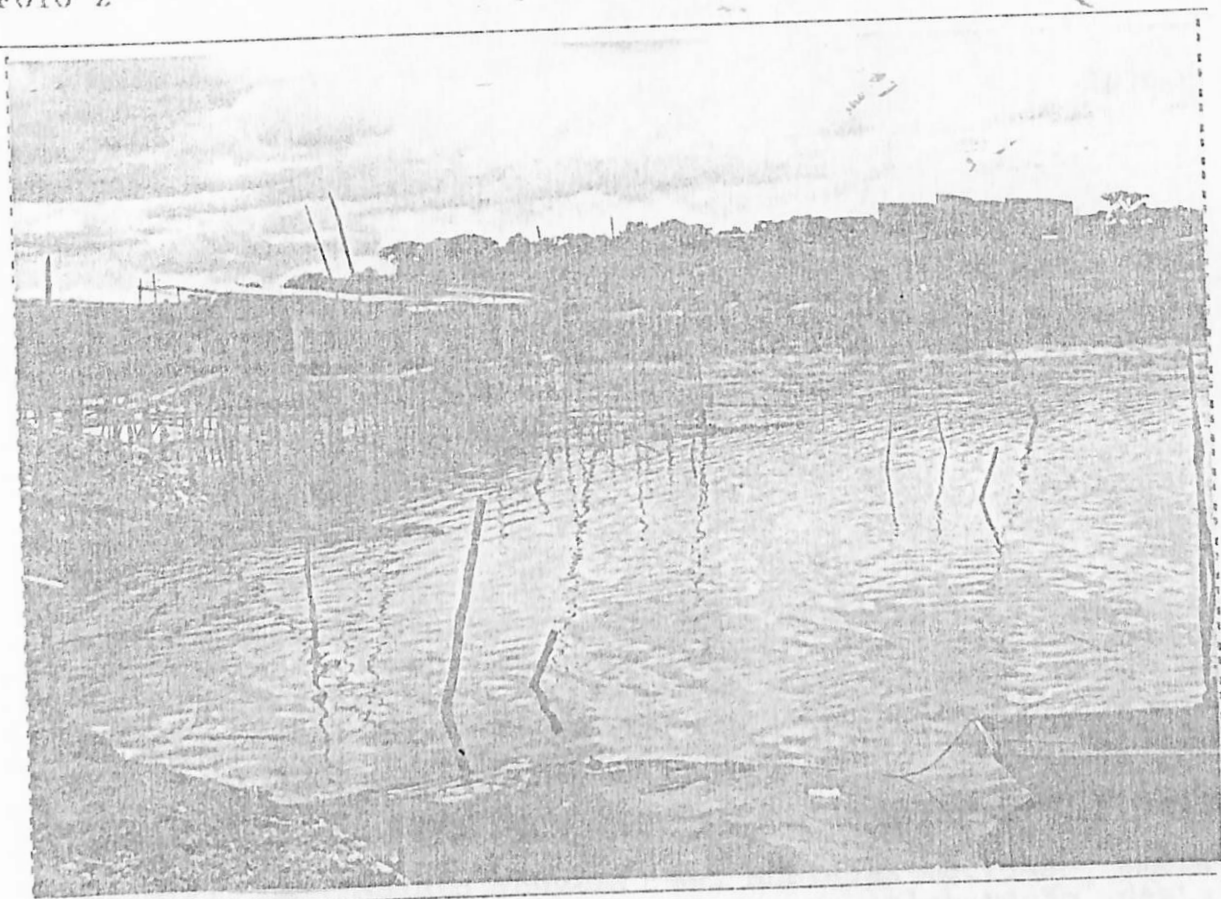


FOTO 3



4. PROPOSTAS

Devido à extensão da área de Alagados e à complexidade dos problemas ali verificados, faz-se necessária e urgente a criação de grupo específico para a elaboração de um plano urbanístico para a região, apontando soluções que viabilizem melhorias da qualidade de vida dos moradores e a contenção definitiva do processo de aterramento da Enseada dos Tainheiros.

De imediato, deverão ser adotadas medidas emergenciais que, durante o período de elaboração deste Plano Urbanístico pelo Poder Público Municipal, evitem o comprometimento total da área, com a ocupação do manguezal da Ilha do Rato e a junção dos bairros do Uruguai e Península do Joanes, através do aterramento da região mais estreita da enseada.

Vale ressaltar que essas medidas deve ser tomadas com a participação da comunidade local, como forma de garantir a sua parceria com o Poder Público na preservação física da área, em dois níveis diferenciados; abordando:

- As áreas de ocupação consolidada, onde verifica-se um processo mais lento de aterramento das palafitas;
- As áreas de ocupação mais recente e aterramento mais acelerado.

Nas primeiras, deverá ser desenvolvida em caráter prioritário a complementação da rede de drenagem, além de campanhas de educação ambiental, de prevenção de doenças e de apoio à comunidade no gerenciamento da área.

O aterramento mais acelerado localiza-se no fim de linha do Uruguai (Invasão Dom Avelar), e deve receber tratamento específico, por tratar-se do local mais crítico. O mapa 01 em anexo demonstra que ali o processo de ocupação se dá em direção à Ilha do Rato, à Península do Jaones e na desembocadura do Canal Central.

Diante disso recomenda-se:

1. A relocação imediata das 33 palafitas que avançam em direção à Ilha do Rato, ameaçando de estrangulamento àquele ponto da Enseada dos Tainheiros, e conseqüentemente, acenando com o comprometimento da rede de drenagem das regiões da Baixa do Fiscal, parte da Suburbana e da Península do Joanes.
2. O estabelecimento de um acordo com a comunidade local, transferência das palafitas para os vazios existentes no bairro, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:
 - 2.1. 33 unidades próximas à Ilha do Rato;
 - 2.2. Unidades próximas à Península do Joanes;
 - 2.3. Unidades localizadas na Saída do Canal Central.

Esta proposta vem ao encontro de uma preferência explicitada dos moradores pela permanência na área, possibilitando também o gerenciamento daquele ponto Enseada dos Tainheiros com a participação da comunidade.

3. O bloqueio das vias que dão acesso à enseada, sob orientação da Superintendência de Engenharia de Tráfego da SMTU, possibilitando a passagem apenas de veículos de pequeno porte e impedindo o despejo do entulho por caminhões diretamente no mar. A LIMPURB deverá encarregar-se da fiscalização dos possíveis despejos de entulho em via pública.
4. A fiscalização de novas ocupações através da SUCOM com apoio da comunidade local, possibilitando a complementação da rede de drenagem, que foi iniciada na quadra D pela SUMAC.

A situação fundiária deverá ser tratada através de entendimentos entre a Prefeitura Municipal de Salvador e Delegacia Regional do Patrimônio da União, visando a cessão à PMS dos terrenos acrescidos de marinha, para posterior regularização da propriedade da terra.

Do ponto de vista ambiental propõem-se:

1. A preservação da Ilha do Rato, último remanescente de formação de manguezal da Enseada dos Tainheiros, através de um dispositivo legal adequado. A intenção é de que o mesmo tenha caráter bastante restrito, sobretudo porque trata-se de um ecossistema que tem uma função específica no modo de vida dos habitantes e é também zona de transição entre o hábitat marinho e o terrestre, refúgio de espécie marinhas para reprodução e abrigo, mesmo sofrendo a ação de cargas poluidoras tais como lixo, esgoto doméstico "in natura" e outros efluentes que deverão ser identificados após análise das amostras de água coletada em pontos pré-determinados de enseada.

A decretação de uma Unidade de Conservação atende, por sua vez, a um pleito das Associações dos Moradores locais que tem preservado a Ilha do Rato dentro de suas possibilidades, impedindo a sua ocupação. Gostariam de torná-la uma área de estudo e de educação ambiental principalmente para as crianças, e, entre suas atribuições estaria de fiscalizar e controlar o uso e ocupação referida Ilha.

A implantação de uma Reserva Ecológica ou similar permitiria um monitoramento por parte da SEMADE e impediria a proliferação de palafitas e futuros aterros em sua direção. Além disso existe legislação específica para os manguezais nos níveis federal, estadual e municipal.

2. Proceder a coleta e análise de água da Enseada para identificação dos poluentes derivado de petróleo, visto que são visíveis as manchas de óleo no espelho d'água. A esta identificação deve-se seguir a imediata pesquisa de qual a provável fonte poluidora.
3. Atender à reivindicação já formulada à SEMADE quanto ao aproveitamento das áreas verdes de lazer existentes, tais como praças, campo de futebol e encosta situada próximo à Igreja.
4. Desenvolver programa de educação ambiental com os moradores, através da SEMADE e com o apoio da Secretaria Municipal Saúde, esclarecendo sobre a necessidade de preservação da rede de drenagem e demais fatores essenciais à prevenção de doenças e melhoria qualidade de vida daquele local.

5. CONCLUSÃO

Na medida em que o presente trabalho se desenvolveu se tornou consensual na equipe, a necessidade de se resgatar os estudos sobre Alagados. Fatos tais como uma avaliação do projeto desenvolvido pelos órgãos públicos na década de 70, sua evolução e seus impactos sócio-ambientais não só no local mas também na cidade de Salvador e sobre a Baía de Todos os Santos, são necessários à atual administração da PMS.

As ações emergenciais colocadas neste documento devem ser acompanhadas por um grupo técnico específico com funções também de reestudar Alagados objetivando a definição de uma política pública, precedida de uma análise de natureza sócio-econômica, um programa de recomposição ambiental considerando que ainda se constitui numa área de manguezal, fonte alternativa e tradicional para populações humanas carentes.



PREFEITURA DE SALVADOR — BAHIA
Secretaria Municipal de Governo
Administração Regional de Itapagipe

Of.1133/94

Salvador, 14 de novembro de 1994.

Sr^a. Presidente,

Estamos encaminhando a V.Sa. cópia do Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 10.759/94 de 01/08/94, para estudos e implantação de medidas emergenciais que viabilizem a complementação da rede de drenagem e a contenção do processo de invasão naquela região.

Atenciosamente,

Simone Prazeres
Simone Prazeres
Administradora Regional

*A GEDEN,
para conhecimento
e providências.
em 18 XI.94*

*LOG/BIU/Presidência,
Informamos que o teor do presente
documento corresponde às deliberações
do GT do qual fazemos parte, juntamente
com o Sr. Eduardo Coutinho e Vamo
Hafeli. Devemos aguardar
a solicitação de*

C P M	
Recebido às	15/11/94
Data	18/11/94
ass:	<i>[Assinatura]</i>

Ilm^{as}. Sr^{as}.
Dr^{as}. Maria Brandão
M.D. Presidente do CPM
Nesta

*em face de
três projetos
em andamento
e previstos p/ 1995. Su-
fício que o presente docu-
mento seja encaminhado
à biblioteca do CPM. É o me-
pouco, D.M. J. em 21/11/94
[Assinatura]*